



LUGAR, PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA LITERÁRIA

DOI: 10.48075/ri.v25i2.30619

Danilo de Oliveira Nascimento¹

RESUMO: O presente artigo se propõe a discutir o que é lugar narrativo a partir das perspectivas da fenomenologia da percepção, da geografia humanista e da narratologia. Para este estudo analítico, consideramos que a experiência perceptual do leitor possibilita a instituição de uma determinada perspectiva, uma vez que pressupõe, em primeira instância, para o estudo de lugar narrativo, a constituição do lugar epistemológico e metodológico. São a instituição e a constituição desse lugar, fundamentado nas perspectivas supracitadas que nos permitem desenvolver as teses de desdobramento locacional, de filtragem metonímica e ideológica, de intersecção e perpassagens instanciais. Outrossim, isso nos permite ressaltar a inter-relação direta e intrínseca entre experiência perceptiva de lugar e decodificação literária enquanto processo que funde, neste caso, o (re)conhecimento do código literário com os (re)conhecimentos e as habilidades espaciais do leitor.

Palavras-chave: Narração; lugar; interpretação literária; fenomenologia da percepção; geografia humanista.

PLACE, PERCEPTION AND INTERPRETATION OF LITERARY NARRATIVE

¹ Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor e mestre em Teoria e História da Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado de Estudos Literários e Literatura Brasileira na Universidade Federal de Rondonópolis

ABSTRACT: This article aims to discuss what is a narrative place from the perspectives of the phenomenology of perception, humanist geography and narratology. For this analytical study, we consider that the readers' perceptual experience enables the rise of a certain perspective, since it implies, in the first instance, the constitution of an epistemological and methodological basis for the study of a narrative place. It is the institution and constitution of this place, based on the prior mentioned perspectives, that allows us to develop the theses of locational unfolding, of metonymic and ideological filtering, of intersection and instantaneous connections. Furthermore, this also enables us to highlight the direct and intrinsic interrelationship between the perceptive experience of place and literary decoding as a process that merges, in this case, the (ac)knowledge of the literary code with the (ac)knowledge and spatial skills of the reader.

Keywords: Narration; place; literary interpretation; phenomenology of perception; humanist geography.

INTRODUÇÃO

A discussão em torno do lugar e da interpretação literária aborda certas compreensões sobre os dois termos bem como sobre os temas, o lugar e a interpretação, a partir de uma série de possibilidades de comutações sintagmáticas, tais como lugar da interpretação ou, o seu inverso, interpretação do lugar.

Quando restringimos esta discussão à narração ficcional literária, tais comutações se multiplicam. Assim, podemos problematizar narração e lugar, lugar na narração, narração do lugar e, ainda, o lugar da narração. Do plano da enunciação, passamos ao plano do enunciado. Nele, também, é possível percebermos certas similaridades sintagmáticas, sendo elas, lugar e narrativa, lugar na narrativa e lugar da narrativa.

Em princípio, a presença da preposição entre os termos narração/lugar e narrativa/lugar direciona o sentido e a função dos sintagmas nominais. No entanto, a pouca atenção sobre essa classe de palavras pode enganar leitores desavisados. Estes leitores habituados com certa convenção literária ou com certa perspectiva teórica e metodológica poderão reproduzir aquela noção generalizada de que o estudo do lugar se restringe àquilo que está representado na narrativa literária ou à extensão do lugar referencial ou pano de fundo da ação narrativa ou como algo que justifica, explica e/ou determina o *éthos* dos personagens.

Essa evidência conduz-nos a um estranhamento que se reflete em questionamento: estudo do lugar narrativo ou estudo do espaço narrativo? Essa questão, inicialmente, orienta-nos a problematizar o lugar narrativo, quando este parece estar sempre à sombra dos estudos do espaço e da espacialidade. Por isso, ainda, hoje, há o uso indiscriminado dos

termos espaço, lugar e local como se o sentido e a função de tais termos fossem similares e equivalentes. Assim, não é raro lermos estudos nos quais o que parece ser discussão em torno do espaço narrativo é, na verdade, discussão em torno do lugar ou do local na narrativa e vice-versa.

A proposta deste artigo é trazer discussão fundamentada nas áreas da fenomenologia da percepção, da geografia humanista, da linguística e da narratologia para afirmar a concepção de lugar narrativo distanciada das proposições apresentadas anteriormente. Nessa direção, o artigo desenvolve-se a partir da intersecção de respostas de duas questões basilares: O que é lugar narrativo? E qual o lugar do leitor na percepção do lugar narrativo?

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: DESDOBRAMENTO LOCACIONAL E EPISTEMOLÓGICO

A aproximação, o alinhamento e o (re)ajuste a determinada corrente filosófica e/ou ideológica de estudo, assim como a problematização e a compreensão de fenômenos traduzem e materializam as intenções de fazê-lo, assim como a sensação de pertença epistemológica, teórica e metodológica. Para esclarecer tal proposição, nada mais conveniente do que fazer uso das metáforas do “espaço refúgio”, de Gerard Genette (1972) e da “casa onírica”, de Gaston Bachelard (2012).

Quando traduzimos a nossa adesão epistemológica sob o signo da primeira imagem, a do espaço refúgio, projetamos nossos pensamentos em busca de certa estabilidade e segurança e, quando o fazemos com respeito à segunda imagem, a casa onírica, reiteramos certa atmosfera de segurança e tentamos validar o sentimento de pertença epistemológica. Esta compreensão nos remete àquela de Merleau-Ponty (2015, p. 244), quando afirmou que a prova mais evidente de compreensão de uma filosofia é a introdução na maneira de “existir desse pensamento”, na reprodução de “seu tom”, de “seu sotaque filosófico”.

Notemos que casa, no sentido de lar, é imagem recorrente entre diversos pensadores, sobretudo para discorrer sobre temas abstratos. Além de recurso de esclarecimento, também, é recurso de estímulo à aproximação e à familiarização de temas, conceitos, definições e noções.

É importante ressaltar, portanto, que o uso da imagem de casa metaforiza a ideia de lugar como circunscrição de intimidade, de acolhimento, de pertencimento epistemológico, assim como de sentido existencial. A casa, ainda, ascende, em certos contextos de uso, a

sinônimo de lugar no que se refere a atribuir sentido de proximidade positiva a fenômenos, coisas, seres e eventos.

É a referência à imagem da casa, enquanto metáfora do alinhamento e da pertença, que nos orienta à aproximação, fundamentalmente, com a geografia humanista e com a fenomenologia da percepção. São áreas que criam a base estrutural referente à problematização em torno da relação entre lugar e narração ficcional literária. É a partir dessa base estrutural que desenvolvemos a tese do desdobramento locacional e epistemológico.

A expressão desdobramento locacional é cunhada a partir da proposta de adequação epistemológica referente ao espaço e ao lugar provenientes das áreas supracitadas. Trata-se, portanto, de expressão que pretende traduzir tanto o trânsito entre áreas quanto a necessidade de ajuste, de alinhamento e de (re)adaptação de termos, de noções, de definições e de conceitos. Na verdade, a própria expressão desdobramento locacional traduz a dinâmica de adaptação e de ajuste terminológico entre áreas de conhecimento e, ao mesmo tempo, evidencia a existência de pontos de contato epistemológicos entre áreas de conhecimento distintas.

O desdobramento locacional diz respeito à dinâmica do sair da e do voltar-se para a área originária de conhecimento e das intenções de estudo de lugar e da experiência de percepção de lugar da/na/para a narrativa.

Paradoxalmente, é a partir da apreensão da imagem nítida de lugar, que conseguimos compreendê-lo como local, enquanto fenômeno espacial configurado através de toda uma dinâmica ritualística de hábitos, de discursos e de comportamentos. Este, em particular, é a causa primeira de todas as estimulações, segundo Merleau-Ponty (2015). Portanto, quando tratamos de local da interpretação literária, estamos nos referindo à determinada circunscrição efetivamente espacial que propugna certo modo condicionado de compreensão do fenômeno literário a partir de padrões, modelos e paradigmas históricos, ideológicos, culturais e educacionais de leitura literária.

Quando tratamos de local de interpretação literária, referimo-nos, literalmente, à localização das experiências e experimentações de leituras literárias. A (auto)consciência da localização esclarece, por um lado, que tudo o que existe está muito preso às circunstâncias, por outro lado, evidencia o egocentrismo como modo inquestionável de ter acesso às coisas, de nos situarmos diante delas e mais, “como um hábito de ordenar o mundo” (TUAN, 2012, p. 53).

Por sua vez, quando tratamos de lugar da interpretação literária, consideramo-la evento a partir do qual a percepção do fenômeno literário é modulada por fatores mutáveis em razão de uma série de aspectos e elementos que interligam a localização da interpretação, a localização da composição literária e as várias localizações de dezenas de textos críticos sobre uma determinada obra literária.

Ao considerarmos lugar como um fenômeno espacial de temporalidade, entendemos a sua conexão com a literatura enquanto “evento textual” e a obra literária enquanto “evento linguístico” (CULLER, 1999, p. 34 e 37). Esta relação não se trata apenas de conjecturas, pelo contrário, segundo Yi-Fu Tuan (2013), a arte literária nos chama atenção sobre áreas de experiências comumente despercebidas. Ou seja, a arte literária dá visibilidade às experiências íntimas, inclusive, as de lugar. No entanto, a atenção sobre a proximidade entre lugar e literatura como eventos espaciais faz-nos considerar que, quando tratamos da eventualidade da interpretação literária em dada circunscrição regional, ideológica, cultural, histórica e educacional, compreendemos que aquilo que rotulamos de interpretação, na verdade, chama-se interpretante:

Chamaremos, pois, de interpretante, ao organismo-função que reelabora constantemente os códigos das experiências de um indivíduo ou de um grupo, criando a sua linguagem. O processo de conhecimento e, portanto, o progresso cultural, passa a depender do aumento do repertório e da abertura do leque de seleções (aumento da capacidade seletiva). E isto se faz pela assimilação de novas informações e criação de novos significados, pelo interpretante. (PIGNATARI, 2003, p. 105).

O que se entende por interpretante é o processo relacional entre os signos e a reelaboração constante de repertório de signos em confronto com a experiência, de acordo com Pignatari (2003). Este processo relacional, segundo Lúcia Santaella (1980), cria-se na mente do usuário. O significado da obra literária surge, portanto, da relação entre o interpretante do emissor e o interpretante do receptor. Trata-se, na verdade, de um confronto entre os repertórios de ambos.

Ao focalizarmos a noção de lugar em contraponto a noção de local, podemos ressaltar que a primeira noção tem relação estreita com as noções de interpretação, enquanto evento de significação e, também, de interpretante, enquanto dinâmica contínua

de significação do texto literário. A noção de local, por sua vez, tem relação estreita com o suporte material tanto do texto literário propriamente dito quanto da sua interpretação por um leitor especificamente contextualizado. Ao distinguimos lugar de local, tomamos consciência de que o desdobramento locacional nada mais é do que desdobramento epistemológico, teórico, terminológico e metodológico.

De modo geral, a expressão desdobramento locacional reitera a problematização em torno dos diversos tipos e níveis de distanciamento como lógica pressuposta de estudo esclarecedor de determinado tema. No entanto, ao mesmo tempo em que, conforme nossa intenção investigativa, o distanciamento nos permite enxergar com relativa (ou absoluta) clareza fenômenos, seres e situações ou partes e fragmentos destes, também é estímulo à restituição do vínculo epistemológico e ideológico do tema estudado em sua circunscrição de origem. Ou seja, com a permissão da licença poética, o desdobramento locacional significa uma via de mão dupla.

A metáfora da via de mão dupla nos permite entender que o desdobramento locacional não se encerra apenas na dinâmica de trânsito, ele, também, significa e funciona como desdobramento epistemológico, teórico, crítico e metodológico a partir do qual compreendemos e apropriamo-nos, em primeira instância, de determinada metodologia e terminologia para, em momento posterior, realizar o (re)ajuste metodológico e terminológico.

A partir do desdobramento locacional e epistemológico, especificamente, entre a teoria do estudo da linguagem literária, a geografia e a fenomenologia da percepção, que conseguimos perceber a reiteração de certos modos análogos e similares de concepções, de interpretação e de problematização. Essa percepção é explorada por Gerard Genette (1972) ao falar, por exemplo, sobre a natureza espacial da linguagem e do pensamento. Nessa direção, Paul Ricouer (2019) corrobora que toda linguagem é topológica e Merleau-Ponty (2014) ressalta a linguagem como “um mundo de segunda potência” (2014, p. 98), a palavra como “modulação do espaço visível” e “certo lugar no meu mundo linguístico” (2015, p. 200 e 246). No entanto, se por um lado, o desdobramento locacional e epistemológico clarifica a natureza espacial da linguagem, por outro lado, ele clarifica equívoco sempre recorrente nos estudos do espaço, local e/ou lugar narrativo, isto é, aquele que se refere à compreensão e ao tratamento dessas categorias como fenômenos físicos e não como fenômeno sógnico, representativo e/ou imagético.

O desdobramento epistemológico, portanto, permite a compreensão de que modos de organização do espaço físico, assim como critérios de mensuração espacial nem sempre são aplicáveis ao texto literário. Isto, conforme Santaella (1993, p. 25), decorre da consciência de que existe uma “disparidade entre a imagem retiniana, que é plana, chapada e a percepção dos objetos do mundo, que é tridimensional”. Também Maria Luiza Ramos reitera a compreensão de que o tratamento referente ao espaço narrativo deve considerar que o texto organiza os objetos em um só plano, “ou em fragmentos coordenados numa superfície” (RAMOS, 1974, p. 132). Assim, continua sendo válida a observação de Osman Lins (1976) de que para entender o espaço na obra de ficção faz-se necessário desfigurá-lo e isolá-lo de outros elementos textuais.

Na verdade, a forma e a estrutura do texto tendem a reajustar e readequar os modos de percepção do leitor sobre noções de largura, extensão, profundidade, assim como reajustar e readequar os eixos de coordenação direita, esquerda, centro, horizontal e vertical. Também, tendem a reajustar palavras e termos espaciais e arquitetônicos através de associações, de analogias e de metáforas. Esses reajustes e essas readequações são perceptíveis através de marcas, formas, ordem e disposição linear da espacialização geral da linguagem, conforme observou Paul Ricoeur (1987). Além disso, há outros níveis pré-textuais, textuais e de leitura e interpretação textual que marcam os reajustes e as readequações.

A consciência dos (re)ajustes e das (re)adequações espaciais e arquitetônicos com respeito à composição, à leitura e à interpretação do texto literário nos permite, evidentemente, a consciência de modos de concepção da sua arquitetura. Tal consciência, evidentemente, desdobra-se em uma série de problematizações sobre espacialidade e espacialização do texto literário, desde aquelas que compreendem a folha de papel como lugar/local da tipografia, da projeção da escrita literária até aquelas que se referem ao sintagma como lugar/local de analogias, símiles, dêiticos, elipses, metáforas espaciais, metonímias, sinédoques, entre outros elementos linguísticos. Ainda, há aquelas que fazem uso de letras, fonemas, sílabas e palavras como, literalmente, material de “construção” de imagens arquitetônicas e arquitetadas.

A discussão em torno da espacialização e da espacialidade textual – ou da arquitetura textual, como queiram – deve considerar questões relacionadas às propostas e aos projetos estético-literários, às noções de narrativa de enredo linear e alinear, assim como à capacidade perceptiva e interpretativa do estudioso. Essas considerações trazem à tona, por

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.](#)

sua vez, modos de representação de experiências de transitar e habitar, modos de percepção espacial. Neste caso, trata, inclusive, de níveis de conhecimento e de habilidade espacial, assim como de condicionamentos de experiências espaciais de leitores, de figuras ficcionais e de autores.

Tal desdobramento aponta para a constatação da existência de significativo número de instâncias de percepção e de perspectiva sobre lugar e narração, que se interseccionam e se perpassam, revelando o objeto percebido como síntese de todo processo heterogêneo de percepção do objeto. Ainda que, em primeira instância, o objeto nos revele como composição estática e esteticamente homogênea, assim, “a obra de arte deve ser lida em vários níveis (...) Ora, cada um desses planos constitui também um lugar possível de manifestação do ponto de vista, um espaço para possibilidades de composição de pontos de vistas” (RICOEUR, 2019, p. 163).

A consciência da existência de várias instâncias de percepção de lugar corrobora, também, as considerações similares entre Yves Reuter, Michel Butor, Paul Ricouer e Edward Relph. O primeiro afirma que os lugares “se organizam, formam sistemas e produzem sentidos” (1996, p.37). O segundo ressalta que o lugar se institui em um horizonte constituído de lugares, portanto, “ponto de origem de uma série de percursos possíveis” (1974, p. 45). O terceiro reitera a noção de lugar como um espaço de manifestação e de composição do ponto de vista (2019, p. 163) e, por sua vez, o quarto justifica a razão da possibilidade de um sem-número de instâncias de percepção de lugar:

Os lugares de nossas experiências podem ser transitórios e/ou eternos. A efemeridade dos lugares seria, em parte, advinda das metamorfoses operacionalizadas pelo homem no incessante monta e desmonta, no esquecimento desmedido e na destruição criativa dos mais diversos recantos e, em parte, da metamorfose dos nossos valores, ambiguidades e temores. (RELPH, 2014, p. 40).

A noção de precedência de lugares entre lugares e de lugares a partir de lugares não se aplica apenas às instâncias epistemológica, teórica e metodológica, mas também à própria constituição, caracterização e leitura da obra literária, conforme já salientara um dos precursores do estudo de espaço na literatura brasileira, Osman Lima no livro *Lima Barreto e o espaço romanesco*, ele diz: “A narrativa é um objeto compacto e inextricável, todos os seus fios se entrelaçam entre si e cada um reflete inúmeros outros” (LINS, 1976, p.63).

Dadas as considerações sobre a lógica da precedência que institui as dinâmicas de intersecção e de perpassagem de/entre instâncias perceptuais, cumpre ressaltar que toda instância de percepção é, ao mesmo tempo, localização e filtro perceptual. É localização, porque o perceptante se situa em uma determinada circunscrição para a partir dela vivenciar a experiência de percepção. Situar-se deve ser compreendido como reflexo da escolha consciente ou não, deliberada ou não de determinado campo de referência a partir do qual se institui tanto a experiência de percepção quanto a perspectiva:

A perceptibilidade assim produzida dos campos de referência alcança sua posição perspectivística através da divisão destes campos de referência em alguns elementos que são atualizados pelo texto, enquanto outros permanecem inativos. Se os elementos escolhidos trazem à luz um campo de referência, é exatamente por esta escolha que se mostra o que daí foi escolhido. Os elementos que o texto retira do campo de referência de destacam do pano de fundo do que é transgredido. Desse modo, os elementos presentes no texto são reforçados pelos que se ausentaram. Assim, o escolhido alcança uma posição perspectivista, que possibilita uma avaliação do que é presente no texto pelo que deles se ausenta. O ato de seleção mais uma vez mostra um limite em cada campo de referência selecionado pelo texto, para outra vez transgredi-lo. E assim o mundo presente no texto é apontado pelo que se ausenta e o que se ausenta pode ser assinalado por esta presença. (ISER, 2013, p. 35-36).

Além de localização e/ou de situação, a instância perceptiva, também, é um filtro a partir do qual se processa toda a configuração imagética e sensorial de lugar, de outro modo, o filtro perceptual se trata de um dos fatores que dinamizam a experiência perceptual de fenômenos.

Por uma razão estritamente metodológica referente ao seu funcionamento, podemos considerar o filtro perceptual de duas maneiras e o denominamos de filtro metonímico e filtro ideológico. O primeiro se caracteriza pela tendência ao recorte, pela quantidade e quantificação. O segundo, por sua vez, refere-se à determinada retórica que visa a apresentar o fenômeno percebido a partir de determinados parâmetros sociais, culturais, estéticos e/ou também literários. Enquanto o filtro metonímico reitera a tese de que a experiência de percepção é, predominantemente, visual, de recorte, quantificação e de seleção, o filtro ideológico traduz aquilo que se denomina de mediação perceptual.

A noção de interligação entre os dois tipos de filtragens perceptuais, a metonímica e a ideológica, torna evidente que, em termos de linguagem, o signo conjuga essas duas

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.](#)

funções, quando reconhecido como um recorte a partir do qual se consubstancia instância de mediação e, ao mesmo tempo, síntese de processo de mediação:

Pelo menos hipoteticamente, a palavra signo, através do latim signum, vem do étimo grego *secnom*, raiz do verbo “cortar”, “extrair uma parte de” (naquele idioma) e que deu, em português, por exemplo, *secção*, *seccionar*, *sectário*, *seita* e, possivelmente, *século* (...) A raiz primitiva parece indicar que “signo” seria algo que se referisse a uma coisa maior do qual foi extraído: uma folha em relação a uma árvore, um dente em relação a um bicho etc. Nessa acepção, “signo” apresentaria um estreito vínculo com duas das mais usuais dentro das chamadas figuras de retórica: a metonímia (pela qual se designa um objeto por uma palavra designativa (...)) e a sinédoque (pela qual se emprega a parte pelo todo, o todo pela parte etc.). (PIGNATARI, 2003, p. 27-28).

Neste instante, precisamos considerar a associação intrínseca entre ambos. Assim, se o filtro metonímico evidencia o ato seletivo e intencional de olhar, o filtro ideológico, por sua vez, torna evidente que imediatamente – ou conjuntamente – ao ato de perceber segue o chamado julgamento de percepção. Isto porque, “diante de qualquer coisa que se apresenta, nossos esquemas mentais já estão preparados para produzir um efeito interpretativo” (SANTAELLA, 1993, p. 97). Nesse contexto, podemos reiterar que os filtros metonímicos e ideológicos dinamizam processo contínuo, modulável e ajustável de escolhas e de exclusões de aspectos, elementos e fatores que (re)configuram o fenômeno, ulteriormente, apreendido. Além disso, a dinâmica de filtragem deixa evidente que o leitor está localizado e seu ato de leitura dá-se a partir de reprodução de fatores das mais diversas ordens, níveis e natureza:

Há apenas um único estado do qual o leitor pode ‘partir’ a saber, o próprio estado de espírito em que o leitor realmente se encontra no momento em que efetivamente for partir – um estado no qual o leitor se acha carregado com uma imensa massa de cognições já formadas, da qual não consegue despir-se mesmo que quisesse; e quem sabe se, caso pudesse fazê-lo, não tornaria com isso todo conhecimento impossível para si mesmo. (SANTAELLA, 1980, p. 80).

A noção de filtro metonímico e ideológico, portanto, reitera a constatação de que a apreensão dos fenômenos se dá por intermédio de consideráveis etapas do processo de experiência perceptual que se estende em várias instâncias. Cada uma delas recorta o

fenômeno e estimula o modo (e os modos) de condicionamento de sua percepção, ou seja, o modo de interpretação do fenômeno:

A experiência só pode significar o resultado cognitivo total de viver, e inclui interpretações tão verdadeiramente quanto inclui a matéria da sensação. E ainda mais verdadeiramente, visto que esta matéria da sensação é uma coisa hipotética que nunca podemos agarrar como tal, livre de qualquer trabalho interpretativo. (SANTAELLA, 1980, p. 109).

Quando tratamos, especificamente, do lugar representado e das experiências dos personagens sobre percepção espacial, trânsito e habitação, podemos considerar que os filtros ideológicos e metonímicos estimulam reexperimentação dessas experiências espaciais, ou seja, eles esclarecem que o leitor nunca vê, mas revê; nunca sente, mas resente; nunca experimenta, mas reexperimenta:

Em ficção, logo que encontramos um “eu”, estamos conscientes de uma mente que experimenta e cujas opiniões sobre a experiência se entropõem entre nós e o acontecimento. Quando não há um “eu” (...) o leitor inexperiente poderá cair no erro de pensar que a história lhe chega sem mediação. Mas tal erro é impossível desde que o autor coloque explicitamente um narrador na história, mesmo que lhe confira quaisquer características pessoais. (BOOTH, 1988, p. 167).

De outro modo, a captação de imagens e a (re)experimentação de situações e eventos do universo ficcional são decorrências, na verdade, de efeitos perceptuais de/entre níveis e camadas, efeitos estes, por sua vez, decorrentes da leitura.

A noção de filtro ideológico e metonímico, neste contexto de problematização, remete àquelas de ponto de vista e de perspectiva e tais noções projetam o lugar da experiência de percepção. Nesse contexto, corroboramos aquelas noções de Paul Ricoeur (2019) sobre ponto de vista enquanto orientação ou lugar de origem a partir do qual temos acesso às instâncias que constituem e caracterizam o texto literário com respeito às suas diversas camadas constitutivas. A atenção sobre tais instâncias as torna, em alguns casos, o próprio objeto de estudo e esta constatação reitera, por um lado, a recorrente frase de Ferdinand de Saussure (2021) de que o ponto de vista cria o objeto, e por outro lado, a

afirmação de Émile Benveniste (1976) de que estudar alguma coisa é determinar seu lugar em um sistema.

Nessa direção, podemos afirmar que enquanto o ponto de vista institui a instância inicial da experiência perceptiva de lugar, a perspectiva se institui como estrutura temporal na qual (e durante a qual) decorre a dinâmica de percepção de reflexão sobre lugar. A partir dessas noções, inferimos que a experiência de percepção do lugar é no mínimo paradoxal, sobretudo se considerarmos o raciocínio de que o ponto de vista é um ponto de partida para a percepção de algo que está *in praesentia* e, por isso, *a priori*; enquanto a perspectiva é uma estrutura temporal de alcance de objeto que se vislumbra, ou seja, daquilo que está *in absentia* e, portanto, *a posteriori*.

O ponto de vista é fundamental para criar a sensação de segurança na experiência de percepção seja das instâncias constituintes e caracterizadoras do texto literário, seja aquela referente ao lugar propriamente representado na narrativa. No entanto, ironicamente, o ponto de vista desvela que a sensação de proximidade, de alinhamento e de pertencimento nada mais é do que reflexo decorrente das escolhas textuais, estéticas e retóricas do autor.

Quando tratamos, exclusivamente, do lugar representado, reiteramos aquela convenção de que a adoção de um ponto de vista pelo leitor significa sua aproximação e seu alinhamento, de várias naturezas e ordens, com alguma figura ficcional, podendo ser narrador ou personagem. A adoção do ponto de vista não significa apenas a possibilidade de apreensão cognitiva de uma imagem do lugar transitado e habitado pelos personagens, também a possibilidade háptica de (re)sentir a dinâmica de ser/estar, de transitar e de habitar, isto porque, segundo Merleau-Ponty (2015), toda sensação é espacial e toda percepção sinestésica é regra.

Em se tratando do estudo do lugar – e de outras manifestações espaciais –, a adoção do ponto de vista correlaciona a interpretação literária à sensação de habitação de mundo. Essa correlação, segundo Paul Ricoeur, tanto afirma que as narrativas de ficção “projetam maneiras de habitar o mundo” (2019, p.09) quanto afirma que o que se interpreta em um texto “é a proposição de mundo, de um mundo tal como posso habitá-lo” (1988, p. 56).

A associação entre a interpretação do texto e a habitação do mundo faz-se importante não apenas no sentido de apreender o mundo representado na narrativa ou ainda correlacionar o mundo representado no texto e o mundo do leitor. Ela nos leva a considerar que o pressuposto da habitação do mundo é o corpo em suas sensações e experimentações de todas as formas e objetos espaciais, tais experimentações, a propósito,

nutridas pelas experiências visuais e táteis. Desse modo, a percepção do lugar no texto literário dá-se por intermédio da interpretação literária e a dinamização desta requer os reflexos da corporeidade e a simulação das experiências e das experimentações do espaço via corpo:

Para que possamos representar o espaço é preciso primeiramente que tenhamos sido introduzidos nele por nosso corpo, e que nos tenha dado o primeiro modelo das transposições, das equivalências, das identificações que fazem o espaço um sistema objetivo e permitem à nossa experiência ser uma experiência de objetos. (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 197).

O ponto de vista se desdobra em perspectiva macro e microscópica de estimulação e simulação das experiências de ser, estar, transitar e habitar. No geral, a primeira perspectiva dispersa tais experiências enquanto a segunda a concentra. A primeira estimula a visão global do fenômeno percebido, enquanto a segunda dele nos aproxima. Além disto, a primeira refere-se a uma experiência expansiva de percepção enquanto a segunda, uma experiência restritiva de percepção.

Se admitirmos a tese de que o ponto de vista estimula a (re)experimentação da experiência de transitar e habitar e, ainda, da experiência perceptual, devemos admitir aquela que afirma o ponto de vista como um sinal de condicionamento, de restrição e de “domesticação” das experiências.

Na verdade, o ponto de vista torna evidente que a cultura afeta a percepção (TUAN, 2013), que a percepção adiciona algo ao percebido (SANTAELLA, 1993); que a percepção é algo parcial e a nomeação do percebido uma modificação do objeto (SARTRE, 1993) e que a percepção adiciona algo ao percebido. Logo, “o simples ato de observar já detona, inevitavelmente, o processo inferencial e o sentimento de qualidade se mistura imediatamente (queiramos ou não) com uma série de outros elementos que o modificam grandemente” (SANTAELLA, 1980, p. 123).

NA NARRATIVA DE FICÇÃO LITERÁRIA, LUGAR É SIGNO

A leitura de filósofos e estudiosos que não tratam, exclusivamente, do estudo do lugar, mas oferecem fundamentação teórica para fazê-lo, permitiu-nos identificar o uso recorrente do termo lugar por alguns teóricos, como Terry Eagleton (1983), Maurice Blanchot

(2011), Dominique Mainguenu (2001), Paul Ricoeur (2019), Andrea Bonomi (2009), Merleau-Ponty (2006), Gaston Bachelard (2012).

Durante a leitura dos textos desses autores, chegamos a estas conclusões: Terry Eagleton (1983) diz que a linguagem é o lugar onde a realidade se revela e se entrega a nossa contemplação; Maurice Blanchot (2011) considera a obra literária como um “lugar de um trabalho sem fim” (2011, p. 12); Dominique Mainguenu (2001) ressalta que o leitor é um lugar numa posição de leitura; Paul Ricoeur (2019) afirma que cada plano de leitura da obra literária se constitui um lugar que manifesta um ponto de vista; Andrea Bonomi (2009) considera o corpo um lugar de inerência; Merleau-Ponty (2006) que a consciência é lugar de ideias, também Charles Peirce citado por Santaella (1980), entende a consciência como lugar onde se produz a apreensão dos fenômenos ou onde as formas de pensamento se interagem; e, por fim, Gaston Bachelard (2012) compreende lugar como a primeira qualidade existencial por onde todo estudo deveria começar e terminar.

A despeito dos diferentes campos epistemológicos, é interessante observar que o termo lugar é tratado como designativo e/ou qualificativo espacial, assim como uma espécie de recipiente que agrega e/ou configura certos fenômenos, cuja natureza são fluídas, esparsas, genéricas ou abstratas. Lugar, portanto, funcionaria como uma circunscrição que possibilitaria uma compreensão circunstanciada de um fenômeno qualquer e, ainda, como suporte no qual fenômenos são depositados, agregados, ajustados, adaptados, alinhados e configurados.

Se lugar possibilita uma compreensão circunstanciada de um fenômeno qualquer, então, esta concepção pode-se voltar, em se tratando de linguagem, para si mesma no instante em que consideramos o signo verbal como lugar a partir do qual e através do qual se projetam e se materializam vários lugares da/na narrativa.

Quando consideramos o signo verbal como um lugar e o lugar como um signo verbal, não reproduzimos apenas uma inversão sintagmática de mero efeito retórico, pelo contrário, corroboramos aquela noção semiótica peirceana de que quando uma coisa está no lugar de outra, esta coisa está funcionando como signo. Tal funcionamento torna evidente, segundo Lúcia Santaella (1980), que o signo refrata e reflete a realidade de uma certa maneira e numa certa medida.

A orientação fundamental de Ferdinand de Saussure (2021) de que as questões linguísticas interessam a todos aqueles que têm que manejar texto permanece válida para sustentarmos a tese de que a leitura da obra literária só nos permite a revisão dos lugares e a

reexperimentação das experiências de lugares. De fato, o acesso que temos aos lugares é atravessado pelas descrições espaciais e pelos relatos das expressões, sensações e impressões espaciais que mediatizam e substituem as experiências espaciais e os pensamentos sobre as experiências espaciais. A linguagem, portanto, organiza experiência e pensamento, segundo Émile Benveniste (1976), em uma forma articulada e representativa:

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por meio da linguagem. Aquele que faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva. (BENVENISTE, 1976, p.26).

A adoção de tal concepção reitera a compreensão sobre a natureza topológica da linguagem e traz à tona uma gama variada de implicações interpretativas, entre elas, a de que a experiência perceptual de lugar seja aquela que se refere à instância da enunciação e da representação, seja aquela que se refere ao enunciado e ao representado. Elas estão direta e intrinsecamente ligadas ao processo, ao modo e ao modelo de decodificação da obra literária.

É a relação direta e intrínseca entre experiência perceptual de lugar da/na narrativa – e de lugar narrativo – e decodificação que nos faz considerar o signo verbal não apenas como algo que intermedia a nossa experiência de percepção lugar e aquilo que é percebido em várias instâncias narrativas, como também aquilo que (re)produz estímulos perceptuais, uma vez que “a linguagem se vale de uma tática toda sua para recortar, transpor e socializar as percepções e os sentimentos que o homem é capaz de experimentar” (BOSI, 2008, p. 29).

Em se tratando do lugar representado, o processo de decodificação da obra literária é a primeira instância para a experiência perceptiva de lugar pelo qual passamos, ainda que não tenhamos nem consciência e nem interesse investigativo por este meio de trânsito, sobretudo, em decorrência de um determinado modelo de análise e interpretação literária que direciona imediata e automaticamente a atenção dos leitores para a representação, para a mensagem e para as informações que se julgam estar subentendidas ou nas entre linhas.

A consciência da inter-relação e intersecção entre experiência perceptual do universo ficcional e decodificação do modelo de texto ficcional esclarece para o estudioso sobre as interferências da forma e da estrutura do texto literário e da metodologia de decodificação da obra literária durante a experiência perceptiva de lugar e de lugares narrativos ficcionais. Assim, tanto o modelo de texto quanto o modelo de análise e interpretação textual funcionam como condicionantes das nossas experiências perceptivas referentes à espacialidade e à espacialização ficcional e textual.

Quando pontuamos o modelo de texto literário e a metodologia de análise e interpretação literária, tratamos, unicamente, de hábitos espaciais e de hábitos de leituras literárias. Especificamente, são estes hábitos que restringem, condicionam e orientam as experiências de percepção do lugar de maneira específica e do espaço de maneira geral. Também são estes hábitos que traduzem certas convenções críticas e histográficas sobre o estudo do espaço ou, especificamente, o que vem a ser estudo do espaço. São hábitos arraigados. Por exemplo, considerar o estudo do lugar – e do espaço narrativo – apenas como aquilo que está representado no enredo. Este tipo de compreensão, por sua vez, desdobra-se no tratamento do espaço como mero elemento de ornamentação na narrativa, como pano de fundo da narrativa e/ou como fator que explica, justifica e/ou determina o *ethos* da personagem.

Além destas compreensões, podemos considerar hábito aquele modelo de análise e interpretação que reproduz aquela relação entre espaço e realidade social ou que enfatiza trechos descritivos na obra literária a partir dos quais é possível identificar aspectos, elementos e fatores de natureza física que constituem e caracterizam o lugar. São estes hábitos metodológicos arraigados que sustentam o automatismo de que o estudo de espaço narrativo – e de lugar narrativo – restringe-se apenas à instância do representado e, especificamente, às descrições. Por fim, podemos considerar (maus) hábitos o uso de expressões vagas, tais como espaço social e espaço psicológico, estas que de tão usadas já podem ser consideradas como clichês terminológicos no âmbito da topoanálise literária.

Em se tratando de discurso ficcional e de representação do universo ficcional, toda experiência perceptiva de aspectos, elementos e fatores, seja no plano da enunciação, seja no plano do enunciado, é condicionada a determinada proposta ficcional, estética e retórica; a determinada forma e estrutura de texto literário e a determinado modelo de interpretação textual. Por outro lado, a experiência perceptiva condiciona-se à capacidade e à competência do leitor-intérprete-percipiente de decodificar a obra literária.

Na verdade, a capacidade de decodificar uma obra literária que trata intensiva e extensivamente do espaço serve não apenas para mensurar a capacidade do leitor de entender a proposta estético-literária ou a sua capacidade metodológica de leitura, como também o seu nível de experiências, conhecimentos e habilidades espaciais.

A experiência perceptiva fundada e ancorada na experiência de leitura é, de alguma forma, cerceada pelos limites e delimites do livro e do texto. Também são eles que instituem a perspectiva de ambas as experiências. Neste sentido, ressaltamos certa similaridade de pensamentos entre Wayne C. Booth (1988), Michel Riffattere (1989) e Paul Ricouer (2019), uma vez que concordam que o texto literário é uma espécie de máquina de controle de atenção e de moldagem do leitor e que, por isso, a leitura sofre de limitações específicas.

O controle e a moldagem do leitor não se restringem apenas a uma discussão de natureza ideológica, como também pragmática, no sentido de que a própria obra determina seu modo, estrutura e ritmo de leitura. Aliás, neste sentido, Merleau-Ponty (2015) foi bem categórico ao afirmar que só encontramos no texto o que colocamos lá.

Além dessas espécies de controle, é preciso considerar o controle sensorial, isto porque o signo ao mesmo tempo que intermedia a experiência perceptual do lugar pelas figuras ficcionais, também estimula em nós leitores a (re)experimentação de tal experiência, uma vez que ao representá-la, a representação espacial traz consigo “as sensações pontuais que fazem parte dela” (MERLEAU-PONTY, 2015, p.36).

O signo que produz estímulos espaciais a partir da representação das formas de transitar e habitar lugares não é o mesmo que alinha as experiências perceptuais das figuras ficcionais às dos leitores. Pelo contrário, o signo tem o poder de criar a ilusão de alinhamento dessas experiências e também o poder de criar o simulacro de tal experiência e, a partir dele, a simulação dessa experiência. No entanto, o mesmo signo não tem o poder de sincronizar as experiências de percepção de lugar das figuras ficcionais àquelas produzidas pela leitura:

Eu, leitor, sou um espectador particular. Acontece, porém, que meu ponto de vista nunca é privilegiado: sou, como sucede na vida real, lançado numa história iniciada antes que eu ali chegasse e que talvez venha terminar em minha ausência; terei, portanto, de adaptar-me a ela, penosa e progressivamente. (POUILLON, 1946, p. 104).

Sendo assim, o leitor não consegue acompanhar o ritmo da experiência perceptiva das figuras ficcionais, isto porque tal experiência não é apenas (inter) mediada por questões
[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.](#)

de diferença temporal e espacial, mas também por propostas estéticas específicas no âmbito da narração e da narrativa. Estas, por sua vez, são materializadas nas instâncias da microestrutura e da macroestrutura textual. Neste sentido, não podemos nem falar de experiência perceptiva direta do leitor referente a lugar, apenas de simulação de experiência perceptiva de lugar estimulada por uma proposta estético-literária específica de configuração espacial. Logo, isso reitera a tese da reexperimentação da experiência perceptiva de lugar.

O grau máximo – e fundamental – de não sincronização de experiência perceptiva de lugar diz respeito ao próprio confronto entre a imagem cristalizada de lugar no espírito do leitor e aquele da própria obra literária. Ou melhor, o lugar que o leitor busca e o lugar que lhe aparece durante o ato de leitura e interpretação literária. Aquém e além do confronto entre a intenção e a realização da busca da imagem de lugar, cabe afirmar que a aparição do (e de um) lugar, sob perspectiva fenomenológica, traduz a intencionalidade da busca, ou seja, a solidariedade entre o ser e o objeto: “a relação entre o sujeito e o objeto, denotada por essa noção, pressupõe não somente que o sujeito se abre ao objeto ou se transcende para ele, mas também que algo do objeto está presente no sujeito” (DUFRENNE, 2015, p. 87).

A aparição do lugar implica, segundo Mikel Dufrenne (2015), a intenção do ser que se revela, ou seja, o lugar que se revela de qual camada ou de qual instância pré-textual ou textual é, de fato, aquele que já estava gravado em nós leitores: o espaço-refúgio de Gerard Genette ou a casa onírica de Gaston Bachelard. Enquanto outros lugares da/na narrativa são ignorados e/ou invisibilizados, porque não transcendentem em direção às nossas intenções.

Outro aspecto a ser discutido sobre a sincronização da experiência perceptiva de lugar é àquela que se refere à compreensão de que o lugar não se mostra imediatamente ao leitor. Como qualquer outra categoria da narrativa, lugar aparece a partir de uma dinâmica própria da percepção, isto é, aquela que se institui através da articulação, da constituição e da estruturação, conforme ressaltou Andrea Bonomi (2009). Neste contexto, é possível afirmar que lugar escapa a definições categóricas, entre elas a de entidade fixa, quando consideramos que toda percepção, segundo Merleau-Ponty (2014), envolve a possibilidade de outra percepção e que “cada percepção é mutável e provável” (p. 49).

A compreensão a respeito da dinâmica de percepção dos fenômenos enquanto estatuto de articulação, constituição e estruturação pode, no caso do estudo de lugar e identificação de lugar, estimular a ilusão de ótica e a insegurança espacial, quando não consideramos o que afirmou Merleau-Ponty em *Fenomenologia da Percepção*: “A coisa está em um lugar, mas a percepção não está em parte alguma porque, se estivesse situada, ela

não poderia fazer as outras coisas existirem para ela mesma, já que repousaria em si à maneira das coisas” (2015, p.67).

A dificuldade e a necessidade de dissociar ato de percepção e fenômeno percebido que, ironicamente, ajudam-nos a reiterar aquele conceito de lugar como um objetivo ou uma meta no futuro (TUAN, 2013), conceito que se adéqua perfeitamente àquela concepção de leitura como uma previsão, como uma espera, segundo Jean-Paul Sartre (1993). Neste contexto, é possível afirmar lugar na instância da narração ou da narrativa, como fenômeno cinestésico, entidade em movimento e que aparece a partir do ritmo da gradação, da progressão e da fragmentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta à questão – o que é lugar narrativo? – inicia-se com a problematização em torno das convenções sobre configuração textual e condicionamento epistemológico e metodológico referente à análise e à interpretação do tema. Na verdade, o estudo de lugar narrativo está atravessado por esses dois fatores e mais outros que traduzem certos automatismos de compreensão e tratamento do tema e que reproduzem certas visões ora limitada, ora equivocada com respeito à compreensão de lugar.

De fato, o termo lugar narrativo é limitante e condicionante, uma vez que nos remete a um determinado sentido e a uma determinada função de lugar na narrativa. No entanto, o percurso para a sua compreensão orienta-nos a percepção de outros termos, tais como lugar da narrativa, lugar na narrativa, narrativa do lugar, narrativa no lugar, narração do lugar e lugar da narração. Essa percepção nos possibilita reconhecer a existência de sem-número de lugares na/da/para/entre a narrativa e narração, ou seja, o lugar se institui e se constitui de um número significativo – e determinante – de tipos, de instâncias e de camadas pré-textuais e textuais, as quais, também, podem ser consideradas lugares.

As possibilidades sintagmáticas referentes aos termos lugar e narrativa e/ou narração sinalizam que a consciência de que o estudo do lugar se dá a partir de dinâmica de intersecção e de perpassagem de instância, de camadas, de lugares. A escolha de uma perspectiva de estudo sobre o lugar não significa a exclusão de outras, pelo contrário, sob a lógica do desdobramento locacional e epistemológico a consciência de uma determinada compreensão de lugar origina-se de outra compreensão de lugar, ou melhor, de que um lugar é perceptível e perspectivado a partir de outros lugares.

A compreensão do lugar na/da narrativa/narração tem origem na instituição e constituição primeiramente de um lugar epistemológico e metodológico. Tal instituição e constituição por si mesma já indica uma das noções do lugar como uma meta ou um objetivo no futuro (TUAN, 2013). Determinada área de conhecimento e determinada metodologia de estudo criam a base, o ponto de vista, a perspectiva e, portanto, o lugar de conhecimento e reconhecimento do lugar objetivado. O lugar que encontramos, encontramos-lo, porque conhecemos, de alguma forma, o modo de encontrá-lo e esse modo implica reconhecê-lo como fenômeno espacial de temporalidade, de evento, de situação e, também, de linguagem e de discurso. Esta compreensão se opõe, radicalmente, àquela velha noção e função de lugar como uma mera circunscrição, confundido como local ou ainda à sombra do espaço narrativo.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A Poética do espaço*. Tradução Antônio de Padua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Tradução Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Cultrix, 1976.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

BONOMI, Andrea. *Fenomenologia e estruturalismo*. Tradução João Paulo Monteiro, Patrícia Piozzi e Mauro de Almeida Alves. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Tradução Maria Teresa H. Guerreiro. 1 ed. Lisboa: Arcádia Editora, 1980.

BRAGA, Maria Lúcia Santaella. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

BUTOR, Michel. *Repertório*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

DUFRENNE, Mikel. *Estética e filosofia*. Tradução Roberto Figurelli. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

GENETTE, Gérard. *Figuras*. Tradução Ivone Floripes Mantoanelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: Edurj, 2013.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2009. [2E11N]

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de linguística para o texto literário*. Tradução Maria Augusta Bastos de Mattos. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A estrutura do comportamento*. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. *Fenomenologia da percepção*. 4. ed. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. 1. ed. Tradução Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PIGNATARI, Décio. *Informação Linguagem Comunicação*. Cotia-SP: Atelié Editorial. 2003.

POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, s/d.

RAMOS, Maria Luiza. *Fenomenologia da obra literária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR.; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (org.). *Qual o espaço do lugar?* 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

REUTER, Yves. *Introdução à análise do romance*. 1. ed. Vários tradutores. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RICOEUR, Paul. *Tempo e a narrativa 1: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

_____. *Tempo e a narrativa 2: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

_____. *Tempo e a narrativa 3: o tempo narrado*. Tradução Cláudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. *A percepção: uma teoria semiótica*. São Paulo: Experimento, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?* Tradução Carlos Felipe Moisés. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola. 2021.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira, Londrina: Eduel, 2013.

_____. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução Lívia de Oliveira, Londrina: Eduel, 2012.

Recebido em 11 de fevereiro de 2023

Aprovado em 05 de junho de 2023

